

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1512

Ensino de História e Educação Patrimonial: revisitando o conceito de Consciência Histórica para pensar o tema das identidades nacionais

Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo

Resumo: A ampliação dos estudos na área do Ensino de História no Brasil trouxe para os professores e pesquisadores da disciplina desafios teóricos e metodológicos no trato com o tema das identidades, seja na sua percepção da formação das identidades nacionais, seja na da construção das identidades individuais ou coletivas. Dentre os desafios teóricos mais perceptíveis, o trato acadêmico com os conceitos de *memória*, *história* e *cultura* tem concentrado o campo de análise quando se faz referência ao papel do ensino de História na problemática da preservação patrimonial. O tema da preservação patrimonial, por sua vez, está mais diretamente discutido no campo da Educação Patrimonial; por seu intermédio se verifica como as articulações mais fortes da sociedade atual se faz com as novas demandas identitárias que se apresentam no âmbito político contemporâneo. Tratando dessa questão, que atinge diretamente as discussões sobre a formação de identidades, o trabalho procura revisitar o conceito de *Consciência Histórica* com o fim de perceber como as premissas de Rüsen permitem pensar as relações que se podem estabelecer entre aqueles conceitos que norteiam o problema das identidades e sua abordagem no âmbito escolar. O objetivo dessa reflexão, ainda de caráter exploratório, é verificar possibilidades de redefinir fronteiras analíticas e produzir novos problemas para se pensar o ensino de História e suas relações com a Educação Patrimonial. Nesse sentido, no trato metodológico com o tema proposto, o trabalho corresponde ao esforço de buscar reflexões teóricas do campo da filosofia da história com vistas a pensar o caráter teórico-metodológico do ensino de conteúdos do passado.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação Patrimonial, Consciência Histórica, Identidade.

Introdução

Desde os fins dos anos de 1980 tem-se percebido um conjunto de trabalhos no campo do ensino de História que articulam os problemas metodológicos do ensino escolar com as perspectivas políticas de preservação patrimonial ao abordarem questões como história no museu, ensino de história e memória social, história e preservação do patrimônio cultural. De forma geral é possível afirmar que um eixo de preocupação une as abordagens desses interesses: o entendimento de que o estudo e a preservação do passado têm muito a ver com a formação das identidades sociais e individuais na sociedade atual.

O reconhecimento de que o conhecimento histórico tem um espaço privilegiado no processo de desenvolvimento de saberes voltados para a conscientização dos alunos para a necessidade de conhecer, valorizar e preservar a memória coletiva – ambivalência fecunda do próprio sentido do termo história – norteia aqueles eixos analíticos apesar das intenções específicas de cada abordagem no intento de educar. Por essa via põem em movimento os conceitos de história, memória e cultura para articular processos educativos, tanto no campo do Ensino de História como no da Educação Patrimonial.

É no conjunto desses aspectos que envolvem o tema que o texto relaciona Ensino de História e Educação Patrimonial e procura revisitar o conceito de *Consciência Histórica*, formulado por Jörn Rüsen, com o objetivo de reconhecer na fronteira analítica como o ensino de História e suas relações com a Educação Patrimonial se ligam ao tema da formação da identidade nacional no quadro das questões colocadas por elas atualmente.

Consciência Histórica, Ensino de História e a Educação Patrimonial: primeiras considerações

As pesquisas sobre memória e identidade têm crescido nas últimas décadas, concomitantemente à própria pesquisa sobre os sentidos do passado na vida social. Essa expansão sinaliza para uma renovação no campo do ensino de História e seus diálogos com os chamados “campos de fronteiras”; uma vez que a experiência com o tempo histórico pode ser realizado de maneiras variadas e de formas outras no campo educacional como é o caso da Educação Patrimonial. Por seu intermédio se verifica, por exemplo, as articulações mais fortes da sociedade atual com as novas demandas identitárias que se apresentam no âmbito político contemporâneo, que atingem os debates sobre a preservação patrimonial.

Por intermédio desse diálogo se percebe como os campos da história e da memória desempenham papel fundamental no processo de construção das identidades sociais. Recordar, esquecer, excluir, recriar saberes sobre o passado produz interpretações que elaboram o contínuo processo de identificação dos sujeitos sociais, não apenas nas aulas de História nas escolas, mas também nos museus e nos centros de memória preservados pelos poderes políticos locais e nacionais desde quando o país se firmou como nação.

Dessa maneira, o conceito de consciência histórica se expande como possibilidade no ensino de História como no da Educação Patrimonial, já que implica em realizar a crítica reflexão sobre a memória construída sobre o passado nacional. Essa reflexão é importante porque pode permitir reconhecer o campo teórico da formação

educativa tradições historiográficas presentes no ensino escolar que dizem respeito diretamente ao tema da preservação do patrimônio nacional.

A consciência histórica se realiza, segundo Rüsen, por meio da experiência humana com o tempo e sua auto-identidade. Ou seja, o conhecimento histórico é um modo particular de um processo genérico e elementar do pensamento humano por meio do qual se pode extrair um produto cognitivo especificamente histórico como resultado de uma reflexão intencional abstrativa relativa ao tempo presente. Diz o autor que, como resultado desse processo abstrativo se...

[...] obtém, como grandeza genérica e elementar do pensamento histórico, a consciência histórica [...]. A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária. (RÜSEN, 2001, p.56).

Nesse aspecto pode se dizer que a consciência histórica é o fim a atingir e a base do ensino de História na atualidade. A consciência histórica sendo entendida como um “fenômeno do mundo vital” – como uma forma da consciência humana que está relacionada mediadamente com a vida humana prática – permite que os sujeitos sociais interpretem sua experiência com o mundo numa perspectiva temporal, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo presente; nesse sentido que esse ensino procura auxiliar. Em outras palavras, a consciência histórica está fundada numa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão. (RÜSEN, 2001, p.56).

Ao ensino cabe, em parte, auxiliar na compreensão de que o pensamento histórico se manifesta sempre de modo todo especial quando os homens têm de dar conta das mudanças temporais de si e do mundo mediante seu agir e sofrer. A experiência com a reflexão em torno do tempo histórico permite, por sua vez, que o sentido dessa experiência promova uma auto-reflexão, o auto-conhecimento, e leve a auto-identidade.

A Educação Patrimonial ao preocupar-se diretamente com a questão das identidades sociais tem um interesse muito próximo ao do ensino de História no conceito de consciência histórica, conforme se pode compreender das palavras de Pelegrini (2011, p.78):

Se as identidades culturais podem ser reavivadas por meio da preservação do patrimônio de distintas etnias, comunidades ou grupos, a educação patrimonial pode contribuir para fomentar a consciência do valor cultural e simbólico dos mais variados bens.

O sentido dado à preservação dos bens culturais como caminho possível para a afirmação das identidades culturais toca tangencialmente o debate que está presente no campo do ensino de História atualmente, ligando os conceitos de história, memória, consciência ao de cultura. A despeito desses nexos relacionais, o que cerca a afinidade entre esses dois campos de atuação pedagógica – o ensino de História e a Educação Patrimonial – é o reconhecimento de que as escolas continuam sendo espaços importantes para a formação cultural das crianças, jovens e adultos e o trabalho com o passado social deve se realizar de forma criteriosa, responsável e continuamente. Esse reconhecimento abre possibilidades de se discutir o conceito de consciência histórica para a educação escolar atual.

Para isso é necessário, do ponto de vista teórico, possibilitar que os atores sociais estabeleçam um quadro interpretativo do que se experimenta como mudanças sociais e de si mesmo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, assenhorar-se dele de forma que possa realizar as intenções de agir e interpretar o

mundo e suas mudanças. Sendo esse exercício reflexivo efetuado na forma de interpretações das experiências com o tempo, o ensino de História e a Educação Patrimonial podem contribuir para que ocorra a reflexão da constituição do sentido da experiência do tempo nos estudantes e esses cheguem a consciência de si e do mundo em que vive. Por essa via se pode discutir, portanto, a questão das identidades em ambos os campos analíticos.

Consciência histórica: desarticular a temática tradicional do ensino de História e da Educação Patrimonial

No ensino de História memória e identidade nacional sempre estiveram relacionadas. Nas suas origens, no século XIX, a história como disciplina escolar se firmou como conteúdo obrigatório como um dos espaços privilegiados de desenvolvimento dos processos de construção identitária, sobretudo o relacionado à identidade nacional. Ou seja, como já observou Le Goff (1992, p.196), quando os países conseguem sua independência política o confronto entre o antigo e o moderno deságua sempre na busca de uma identidade, de um suporte para a construção de uma memória nacional.

No Brasil, foi na trajetória de afirmação do país como nação que o ensino de História tornou-se um veículo para fixar uma memória comum, afirmando um sentido de continuidade e de coerência no tempo por intermédio das políticas públicas educacionais do período. De forma geral, nas estrelinhas do projeto educacional que se firmava, encontravam-se as seguintes indagações: como se transforma uma população, um conjunto de pessoas agrupadas num espaço territorial, em uma *nação*? Como se opera a transformação de uma população em um *povo* com um conjunto de valores e tradições comuns, ou seja, com uma identidade nacional?

As respostas que foram sendo construídas para essas indagações permearam não só o ensino de História. Como se sabe, elas estiveram presentes também em outros campos disciplinares (como Geografia e Língua Portuguesa) e também fora do espaço escolar como, por exemplo, no planejamento das cidades via seus monumentos.

Os monumentos históricos, considerados bens comuns a serem preservados, sugerem uma imagem social de eternidade e de transcendência histórica, de forma que se pôde presentificar uma memória social que se desejava eterna. É dessa maneira que história e memória estão diretamente vinculadas quando se trata de pensar sobre o passado nacional não só no ensino de História mas também no que se refere a Educação Patrimonial.

Nesse último aspecto, importa lembrar que o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão supõe, por sua vez, que ensinar a valorizar e preservar essa herança seja uma tarefa importante também da educação escolar. Fundamentalmente perceptíveis a partir da década de 1920, a proteção aos monumentos históricos no Brasil traz a marca dessa historicidade: a proteção dos símbolos e idéias que representam o passado histórico da nação.

O interesse declarado em salvar os vestígios da nação – mais especificamente os monumentos e objetos de valor histórico e artístico – mostra como, no século XX, passa-se a ser politicamente relevante a criação do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) ¹. A afirmação dessa instituição governamental naquele século indica que a missão em escrever a história da nação, em ensiná-la e preservar seus vestígios juntou-se com a atividade política do estado de materializar certo discurso histórico dando forma e conteúdo à política de preservação à época.

Memória e identidade nacional se relacionam nesse trajeto e aparecem mais próximas do ensino de História – entenda-se do passado da nação – nesse período, quando a preservação torna-se uma política nacional; exatamente porque a memória ganha, fundamentalmente nas últimas décadas do século XX, enorme valor identitário e político, o que aprofunda a centralidade das políticas culturais e, sobretudo, das memoriais, no caso da Educação Patrimonial. Ou seja, o renovado interesse pelos espaços de memória se deve pela resignificação das possibilidades dos mesmos fazer articulações mais fortes com a sociedade e com as novas demandas identitárias contemporâneas. É nesse contexto que o debate em torno da Educação Patrimonial ganha relevo neste país, articulando aos conceitos de memória e identidade e o de cultura, para divulgar a necessidade de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Sobre o conceito de Patrimônio Cultural, importa verificar que ele aparece inicialmente na Constituição Brasileira de 1988. No Artigo 216, declara:

O patrimônio cultural é formado por *bens de natureza material e imaterial tomadas individualmente ou conjunto, portadores de referência à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988 apud GUIMARÃES, 2004, Grifo nosso).

A perspectiva da Educação Patrimonial inclui, tendo em vista essa definição de patrimônio cultural, ações pedagógicas no trato com a identificação, catalogação e proteção dos bens culturais brasileiros. Se entende, no caso da metodologia da Educação Patrimonial, que essas práticas devem conduzir a um processo contínuo de conscientização da necessidade da preservação dos bens patrimoniais.

Reconhecer, entretanto, que “ o conceito de patrimônio cultural é muito amplo e vai muito além dos bens culturais móveis e imóveis representativos da história nacional - como monumentos, igrejas ou edifícios públicos” (FENELÓN, 1992); inclui repensar os sentidos históricos das ações pedagógicas que estão na base daquela metodologia.

Nesse sentido, pensar a tradição que marca ambos os campos de análise – a presença marcante de uma memória e identidade nacional – é o principal desafio teórico e metodológico que se coloca nesse momento para se chegar ao reconhecimento de como se pode pensar a articulação da consciência histórica nesses dois campos.

Com relação a essa questão, entende-se que é importante resgatar, no processo educativo, um aspecto central, qual seja: o de que observar a diferença entre o presente e o passado não é somente um exercício cognitivo vinculado à sucessão temporal, mas significa também um exercício de distanciamento, de perspectiva frente ao passado em que os sujeitos sociais faziam as coisas de modo específico; tomar consciência desse fenômeno é o que poderíamos chamar, de forma inicial, de história.

Importa perceber, nesse caso, que a distinção entre a história como realidade acontecida e a história como reflexão sobre essa realidade marca a diferença entre o objeto de estudo e a disciplina, cuja produção é o que conhecemos como historiografia. (Millavil, 2007). No desdobramento da questão tem-se que a historiografia, como resultado intelectual dos historiadores, vincula-se a escrita da história. A escrita da história, por enunciar os princípios que consignam a pretensão de racionalidade da ciência da história, produz as mesmas reflexões que formulam os princípios orientadores do trabalho de estruturação da apresentação historiográfica, na qual se organiza um conjunto de resultados do pensar histórico. Pode-se falar, portanto, de uma

“função racionalizadora” da pragmática textual na historiografia (Rüsen, 2001); que se materializa no resultado da narrativa produzida pelos historiadores.

A produção desse conhecimento historiográfico, por sua vez, se faz de forma complexa e numa tensão retórica que leva a uma intensa polemica epistemológica sobre as possibilidades de reconstrução do acontecido e sua veracidade. Embora a história ensinada nas salas de aula pareça ser inquestionável, ao se apropriar dos aspectos historiográficos de sua produção, constata-se que a resposta à pergunta sobre acontecimentos passados pode ser bem menos precisa do que poderia parecer. Reconhecer esse aspecto da questão da memória é fundamental para o trato com a consciência histórica.

Por outro lado, é importante lembrar que, considerada em seus aspectos historiográficos, a escrita da história escolar estabeleceu relações que articula consciência e identidade tendo a perspectiva da nação como orientadora. Os escritos sobre o passado nacional tiveram um destinatário específico: a consolidação de uma memória da formação do Estado-Nação; de forma tal que se traçou as genealogias das nações e, posteriormente, a “evolução” dos povos em seus estágios de civilização. Na narrativa escolar, a história aparecia como um caminho predeterminado rumo a um estágio mais evoluído.

Essa história escolar já foi avaliada por autores que investigam os conteúdos do ensino de História e desde os anos de 1980 uma importante linha de pesquisas se desenvolve nesse sentido. Importa perceber, entretanto, que apesar de se ter passado todos esses anos, a escrita da história escolar ainda produz conhecimentos predominantes sobre a história da nação que determinaram épocas e fatos narrados nessa narrativa evolucionista. Eles são identificados pelo predomínio de determinados conceitos e noções historiográficas. Essa questão foi assim observada por Fonseca (1993, p.50):

[...] estas noções são detectadas dentro do quadripartismo (Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea) e na História do Brasil, que passa a ser construída dentro dos marcos da História européia. Os marcos, segundo Chesneaux, têm uma função ideológica bem definida. No caso da Idade Antiga, destaca-se a Antiguidade Greco-romana e seus valores culturais como base da cultura burguesa européia. No período medieval salienta-se a Idade Média Cristã. O período moderno, segundo o autor, representa a pretensão da burguesia de completar a História, controlando, em nome da modernidade, o futuro da humanidade. A Idade Contemporânea apresenta o domínio do Ocidente sobre o mundo. Nos séculos XIX e XX, os países industrializados, “civilizados”, tornam-se os guias naturais da história africana, asiática ou americana.

Articulados nesse sentido, ensino de História e Educação Patrimonial ainda tem à frente o desafio de desarticular essa memória do passado nacional que ainda hoje se encontra presente, seja nos livros didáticos escolares, seja na memória e atuação dos professores. Esse exercício poderá permitir rever temáticas, deslocar ênfases, desarticular discursos que ainda não deixam espaços para a complexidade da produção histórica do passado nacional, impossibilita a incorporação de vários olhares acerca das lutas simbólicas travadas na luta pela preservação de determinada memória nacional e, fundamentalmente, dificulta a intenção de desmobilizar os mitos produzidos acerca desse passado coletivo que ainda tem a função de formar identidades sociais.

Considerações Finais

Na difícil tarefa de ensinar conteúdos escolares sobre o passado dos homens encontra-se um eixo historiográfico para ser desarticulado não apenas no ensino de

História mas também no da Educação Patrimonial: a tradição historiográfica que centraliza o passado na formação do Estado-Nação. Tarefa fundamental que deve permear ambos os campos analíticos no sentido de se produzir a consciência histórica, conforme foi pensado por Rusen, na atualidade. Entende-se, por esse caminho, que tal desarticulação deva se fazer em ambos campos analíticos, articulando os conceitos de história, memória e cultura que se relacionaram no processo de construção da identidade nacional.

Para isso, a consciência histórica a ser amplamente trabalhada deve ser, como se pensa, a de desarticular o discurso historiográfico produzido acerca da formação da identidade nacional. Um discurso que veio se produzindo no campo escolar desde o século XIX marcando a história nacional pelo paradigma de nação civilizada, aquela que foi iluminada pelas idéias de unidade, ordem e progresso. Uma nação ilustrada, branca e católica à uma nação mestiça e em processo, aos poucos construída na trajetória plural de seus diferentes agentes e de suas múltiplas identidades.

Entende-se que o conceito de consciência histórica pode permitir trabalhar pedagogicamente, em ambos os campos analíticos, com a descoberta de diferentes faces da nação brasileira, com a marca dos conflitos e contradições de um tempo que ainda se estende atualmente quando se quer, ainda hoje, localizar a diferença e a pluralidade cultural na formação histórico-social brasileira.

Referências Bibliográficas:

FENELON, Déa Ribeiro. *Políticas Culturais e Patrimônio Histórico*. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. *A proteção do patrimônio cultural: uma obrigação de todos*. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5372>> Acesso em 14 julho 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

MALHANO, Clara Emilia S. M. de B. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

MILLAVIL, Luis Osandón. *O ensino da história na sociedade do conhecimento: novas relações entre currículo e historiografia*. In.: CARRETERO, Mario et al. Ensino da História e memória coletiva. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p.263-280.

PELEGRINI, Sandra C. *Ensino de História e Educação Patrimonial no Brasil*. In.: TOLEDO, Maria A. Leopoldino T. Ensino de História: Ensaios teóricos e metodológicos. Maringá: EDUEM, 2011.

RUSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

¹ O SPHAN foi criado pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, e regulamentado pelo Decreto Lei 25 de 30 de novembro do mesmo ano. Sua finalidade era identificar, documentar, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro. Pode-se dizer que sua criação é fruto de demandas de longo prazo pela preservação dos bens de valor histórico e artístico nacional, mas que ganharam visibilidade a partir dos anos de 1920 com o fortalecimento das questões de cunho nacionalistas. Sobre o SPHAN ver: Malhano (2002)